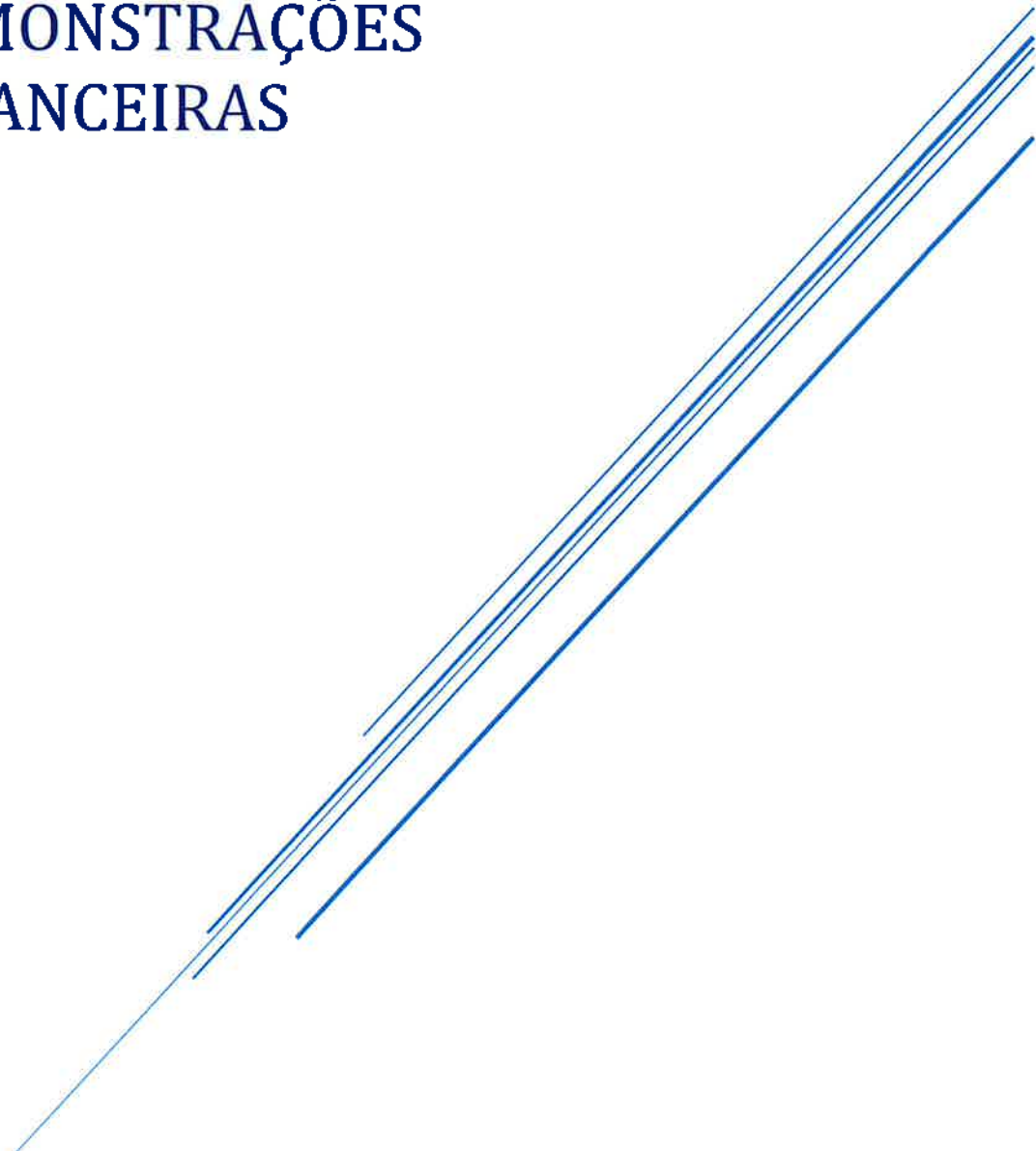


CONFRARIA DE
NOSSA SENHORA
DA NAZARÉ
Instituição Particular de Solidariedade Social

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2025**



29 de abril de 2025

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas período findo em 31.12.2025	4
Demonstração dos Resultados por Funções período findo em 31.12.2025	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios período findo em 31.12.2024.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios período findo em 31.12.2025.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2025.....	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	20
5. Ativos Fixos Tangíveis	20
6. Ativos Intangíveis	23
7. Custos de Empréstimos Obtidos.....	23
8. Inventários	23
9. Rédito.....	24
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	26
12. Gastos com o pessoal	27
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	27
14. Outras Informações	28
14.1. Investimentos Financeiros	28
14.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros ...	28
14.3. Clientes e Utentes	29
14.4. Outros créditos a receber	29
14.5. Diferimentos	31
14.6. Caixa e Depósitos Bancários.....	31
14.7. Fundos Patrimoniais	31
14.8. Fornecedores	32
14.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	32
14.10. Outras Dívidas a Pagar	32
14.11. Subsídios, doações e legados à exploração	33

14.12.	Fornecimentos e serviços externos	33
14.13.	Outros rendimentos.....	34
14.14.	Outros gastos.....	35
14.15.	Resultados Financeiros	36
14.16.	Responsabilidades e outras informações	36
14.17.	Acontecimentos após data de Balanço	37

Balanco

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4.514.419,63	4.529.231,49
Bens do património histórico e cultural	5	688.748,29	673.127,29
Investimentos financeiros	14.1	5.000,00	25.839,65
Fundadores/beneméritos/pat./doadores/assoc./membros		-	-
Subtotal		5.208.167,92	5.228.198,43
Ativo corrente			
Inventários	8	59.765,01	87.577,85
Créditos a receber	14.3	421.987,17	261.238,89
Adiantamentos a fornecedores		6.731,46	6.513,16
Estado e outros Entes Públicos	14.9	25.923,23	28.638,46
Fundadores/beneméritos/pat./doadores/assoc./membros	14.2	26.949,10	23.626,90
Outros créditos a receber	14.4	321.125,51	313.809,77
Diferimentos	14.5	24.033,81	25.477,42
Outros Ativos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	14.6	259.716,45	313.719,92
Subtotal		1.146.231,74	1.060.602,37
Total do Ativo		6.354.399,66	6.288.800,80
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.7	129.744,81	129.744,81
Reservas	14.7	63.705,09	63.705,09
Resultados transitados	14.7	2.720.636,57	2.593.217,52
Excedentes de revalorização	14.7	426.449,89	429.949,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.7	1.011.401,87	1.044.540,61
Resultado Líquido do período		179.835,88	123.919,05
Total do fundo do capital		4.531.774,11	4.385.076,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	275.306,15	406.583,32
Outras dividas a pagar			
Subtotal		275.306,15	406.583,32
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	402.719,17	480.108,49
Adiantamentos de clientes	14.3	6.300,70	5.443,97
Estado e outros Entes Públicos	14.9	153.821,66	143.345,33
Financiamentos obtidos	7	208.519,93	203.793,88
Diferimentos			
Outras dividas a pagar	14.10	775.957,94	664.448,84
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.547.319,40	1.497.140,51
Total do passivo		1.822.625,55	1.903.723,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.354.399,66	6.288.800,80

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Naturezas período findo em 31.12.2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	5.348.569,69	4.809.995,90
Subsídios, doações e legados à exploração	11	135.091,62	57.385,59
Trabalhos para a própria entidade	5	81.700,00	118.725,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(712.166,30)	(710.208,56)
Fornecimentos e serviços externos	14.12	(1.257.453,14)	(1.185.963,54)
Gastos com o pessoal	12	(3.643.000,27)	(3.293.716,47)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3	(258,40)	(1.987,72)
Outros rendimentos	14.13	711.284,72	731.028,25
Outros gastos	14.14	(147.746,77)	(72.946,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		516.021,15	452.312,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(315.218,30)	(290.378,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		200.802,85	161.934,16
Juros e rendimentos similares obtidos		3.463,39	-
Juros e gastos similares suportados	14.15	(24.430,36)	(38.015,11)
Resultados antes de impostos		179.835,88	123.919,05
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		179.835,88	123.919,05

O Contabilista Certificado



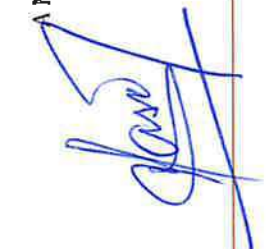
A Mesa Administrativa



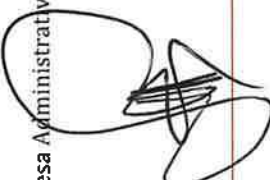
Demonstração dos Resultados por Funções período findo em 31.12.2025

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		5.348.569,69	4.809.995,90
Custo das vendas e dos serviços prestados		(712.166,30)	(710.208,56)
Resultado bruto		4.636.403,39	4.099.787,34
Outros rendimentos		931.281,33	905.151,12
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(5.363.418,48)	(4.843.004,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		204.266,24	161.934,16
Gastos de financiamento (líquidos)		(24.430,36)	(38.015,11)
Resultados antes de impostos		179.835,88	123.919,05
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		179.835,88	123.919,05

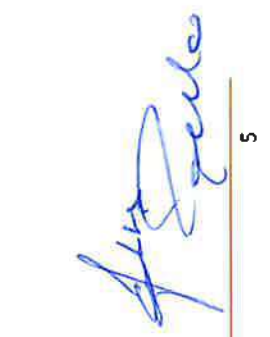
O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



DS



O Contabilista Certificado

Confraria N.ª, Sr.ª. da Nazaré
NIF:500745960

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios período findo em 31.12.2025

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transiçados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
6		129.744,81	63.705,09	2.593.217,52	429.949,89	1.044.540,61	123.919,05	4.385.076,97
7				3.500,00	(3.500,00)			
8				123.919,05		(33.138,74)	(123.919,05)	(33.138,74)
9=7+8				127.419,05	(3.500,00)	(33.138,74)	(123.919,05)	(33.138,74)
10							179.835,88	179.835,88
							55.916,83	146.697,14
6+7+8+10		129.744,81	63.705,09	2.720.636,57	426.449,89	1.011.401,87	179.835,88	4.531.774,11

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

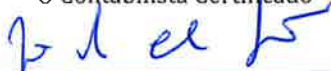
A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]

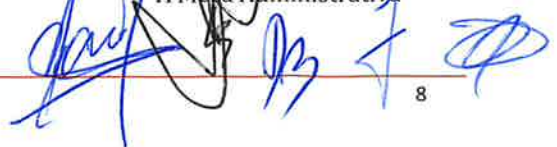
Demonstração dos Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2025

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		5.178.278,64	2.417.331,30
Pagamento a fornecedores		(1.864.417,28)	(1.988.417,89)
Pagamentos ao pessoal		(3.551.945,15)	(3.236.273,26)
Caixa gerada pelas operações		(238.083,79)	(2.807.359,85)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Subsídios à exploração		66.532,60	2.323.456,50
Rendas		362.312,49	299.374,78
Outros recebimentos/pagamentos		186.440,12	426.532,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		377.201,42	242.003,86
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(118.285,98)	(188.341,72)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			(195.000,00)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		22.099,18	
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		7.500,00	
Juros e rendimentos similares		3.463,39	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(85.223,41)	(383.341,72)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
financiamentos obtidos		80.000,00	
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(206.551,12)	(193.171,78)
Juros e gastos similares		(24.430,36)	(38.015,11)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(150.981,48)	(231.186,89)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		140.996,53	(372.524,75)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		118.719,92	491.244,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		259.716,45	118.719,92

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Anexo

1. Identificação da Entidade

A **Confraria Nossa Senhora da Nazaré** é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada no livro 3 das Associações de Solidariedade Social, a fls 6 e verso, sob o nº. 44/85, conforme declaração do Instituto de Segurança Social, com sede em Largo de N^a. Sr^a. da Nazaré, Sítio da Nazaré, Contribuinte Fiscal nº. 500745960.

Tem como atividade principal a Assistência Social e promoção da Saúde. Para que possa prosseguir os seguintes objetivos, propõe-se manter as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Jardim de Infância;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens;
- Centro Comunitário
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Lar de Terceira Idade;
- Centro de Dia;

A entidade mantém ainda um Hospital, onde funcionam as valências:

- Centro Hospitalar;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Bloco Operatório;
- Unidade de Internamento Particular.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, obtida a licença do Ordinário Diocesano, a Confraria poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo ou recreativo.

A Confraria pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ela criadas, mesmo

que em parceria, desde que os resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Como atividades secundárias a Confraria pode desenvolver, nomeadamente, as seguintes atividades:

- Exploração ou arrendamento da Praça de Toiros,
- Exploração ou arrendamento do Pinhal;
- Exploração ou arrendamento do Teatro Chaby Pinheiro;
- Exploração ou arrendamento dos seus imóveis;
- Exploração da Loja Oficial do Santuário;
- Outras atividades que concorram para obter financiamento para a concretização dos fins da Confraria.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

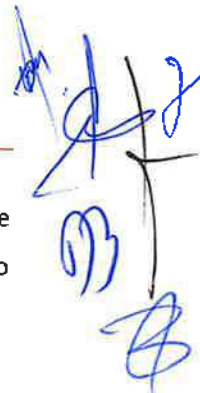
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de



reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Neste tipo de Entidade, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar” (Notas 14.4 e 14.10) e “Diferimentos” (Nota 14.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade adotou em 2025 e de acordo com as recomendações da comissão de normalização contabilística que o registo dos valores relativos aos acordos de cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, que estiverem dependentes da frequência dos utentes devem ser contabilizados como prestação de serviços numa conta 72. Relativamente aos acordos (atípicos) que não dependem da frequência dos utentes, os mesmos continuam a ser registados na conta de subsídios à exploração. Neste contexto, as demonstrações financeiras foram ajustadas de acordo com estas recomendações.

3.1.7. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.8. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

No ano de 2025, não foram atribuídos ativos à Entidade a título.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edificações Ligeiras	6
Edificações Afetas Ind. Agropecuária	25
Outros Edifícios e Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Ferramentas e Utensílios	4
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Programas de Computador	3

3.1.9. Bens do património histórico e cultural

Os ***“Bens do património histórico e cultural”*** encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.



As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

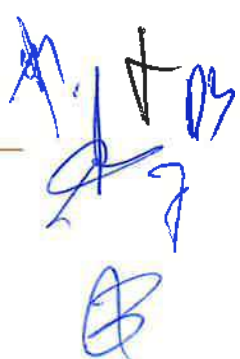
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.10. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.11. Inventários

Os “Inventários” estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registrada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.1.12. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros

As quotas, donativos e outros apoios procedentes de beneméritos/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outros Créditos a Receber

Os "Clientes" e os "Outros Créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.13. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.14. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

À data do balanço a Entidade não se registou nenhuma provisão.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

À data do balanço a Entidade não tinha nem ativos nem passivos contingentes para divulgar.

3.1.15. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.1.16. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

O resultado líquido apurado no ano de 2025 resulta das atividades isentas e contempladas nos Estatutos da Entidade, não havendo por isso qualquer imposto a liquidar.

4. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29

No período de 2025, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Bens imóveis	673.127,29	15.621,00	-	-	-	688.748,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	15.621,00	-	-	-	688.748,29

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	7.118.944,07	207.330,44	-	4.980,00	-	7.331.254,51
Equipamento básico	2.031.596,61	98.301,26	-	-	-	2.129.897,87
Equipamento de transporte	453.356,85	-	-	-	-	453.356,85
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	222.792,66	653,01	-	-	-	223.445,67
Outros Ativos fixos tangíveis	114.650,64	1.954,52	-	-	-	116.605,16
Ativos tangíveis em curso	204.082,25	171.462,93	-	(4.980,00)	-	370.565,18
Total	10.188.416,62	479.702,16	-	-	-	10.668.118,78
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.363.947,68	176.592,52	-	-	-	3.540.540,20
Equipamento básico	1.816.740,64	77.966,95	-	-	-	1.894.707,59
Equipamento de transporte	352.897,83	29.084,34	-	-	-	381.982,17
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	209.753,38	4.075,84	-	-	-	213.829,22
Outros Ativos fixos tangíveis	105.169,64	2.658,47	-	-	-	107.828,11
Total	5.848.509,17	290.378,12	-	-	-	6.138.887,29
Ativos fixos tangíveis	4.339.907,45	189.324,04	-	-	-	4.529.231,49

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	7.331.254,51	81.700,00	-	70.651,06	-	7.483.605,57
Equipamento básico	2.129.897,87	198.467,03	-	-	-	2.328.364,90
Equipamento de transporte	453.356,85	-	-	-	-	453.356,85
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	223.445,67	2.762,84	-	-	-	226.208,51
Outros Ativos fixos tangíveis	116.605,16	1.779,71	-	-	-	118.384,87
Ativos tangíveis em curso	370.565,18	45.446,26	-	(100.420,46)	-	315.590,98
Total	10.668.118,78	330.175,84	-	(29.769,40)	-	10.968.525,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.540.540,20	186.441,92	-	-	-	3.726.982,12
Equipamento básico	1.894.707,59	95.798,17	-	-	-	1.990.505,76
Equipamento de transporte	381.982,17	24.671,84	-	-	-	406.654,01
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	213.829,22	4.623,52	-	-	-	218.452,74
Outros Ativos fixos tangíveis	107.828,11	3.682,85	-	-	-	111.510,96
Total	6.138.887,29	315.218,30	-	-	-	6.454.105,59
Ativos fixos tangíveis	4.529.231,49	14.957,54	-	(29.769,40)	-	4.514.419,63

No que respeita ao investimento, a tabela anterior mostra-nos o volume de investimento realizado no ano de 2025. Este valor registou uma diminuição de 34%, face ao ano anterior. Os investimentos realizados foram considerados prioritários face às necessidades evidenciadas, pelos novos projetos e pelas valências

O investimento mais relevante efetuado foi:

Edifícios e outras Construções:

- ✓ Remodelação da cozinha;
- ✓ Remodelação do refeitório do pessoal;
- ✓ Remodelação do Coreto – Largo N.º. Sr.ª. Nazaré
- ✓ Conclusão das obras de remodelação das floreiras e respetivos arranjos no Largo de N.º. Sr.ª. Nazaré;
- ✓ Obras de conservação da Igreja da Misericórdia;
- ✓ Obras de conservação no teatro Chaby Pinheiro;

Equipamento básico:

- ✓ Equipamento de alojamento de utentes;
- ✓ Diverso equipamento medico hospitalar;
- ✓ Máquinas motoras e operadores – Bombas de sistema de vácuo;
- ✓ Equipamento de refeitório;
- ✓ Equipamento de cozinha – aquisição de marmita;
- ✓ Mobiliário e equipamento social – equipamento diverso para o Jardim Infância;
- ✓ Equipamentos Elétricos – Destaca-se a aquisição de um sistema de som para a praça de touros, Teatro Chaby Pinheiro e Largo N.º. Sr.ª. Nazaré;
- ✓ Equipamento de vigilância e segurança – Equipamento de Sistema de deteção incêndios no Centro Comunitário;
- ✓ Equipamento de centrais fotovoltaicas – Aquisição de painéis solares para os edifícios do Hospital e Jardim de Infância;

O investimento em edifícios e outras construções mencionado acima, foi efetuado com recurso ao pessoal da instituição, tendo sido contabilizado com trabalhos para a própria entidade o valor apurado para a mão de obra dos funcionários da Instituição.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis registados pela Entidade, estão totalmente amortizados, pelo que o seu valor contabilístico é zero.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2025, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	208.519,93	275.306,15	483.826,08	203.793,88	406.583,32	610.377,20
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	208.519,93	275.306,15	483.826,08	203.793,88	406.583,32	610.377,20

Verifica-se que a Entidade conseguiu reduzir o seu passivo bancário em cerca de 21%, apesar ter subscrito um novo financiamento destinado ao investimento (aquisição de painéis solares).

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	18.610,70	41.812,73	(9,00)	21.735,18	35.802,69	86,12	26.028,10
Matérias-primas, sub. e de consumo	71.547,90	708.348,45	(42.524,37)	65.842,67	648.520,80	(56,15)	33.736,91
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	90.158,60	750.161,18	(42.533,37)	87.577,85	684.323,49	29,97	59.765,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				710.208,56			712.166,30
Variações nos inventários da produção				-			-

9. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024	2024(s/reclassificação)
Vendas	65.733,62	72.437,70	72.437,70
Prestação de Serviços	5.282.836,07	4.737.558,20	2.362.132,74
Quotas dos utilizadores	5.277.753,87	4.732.478,04	2.357.053,54
Quotas e jóias	5.082,20	5.079,20	5.079,20
Descontos e abatimentos	-	0,96	-
Total	5.348.569,69	4.809.995,90	2.434.570,44

A rubrica de vendas, reporta-se às as vendas da loja do Santuário. Registou uma quebra na ordem dos 9,2% face ao ano anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a entidade procedeu à reclassificação de determinadas rubricas nas demonstrações financeiras, com o objetivo de melhorar a apresentação e comparabilidade da informação financeira.

Em particular, verificou-se:

- A reclassificação de rendimentos anteriormente registados na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" para a rubrica "Vendas e serviços", no montante de €2.297.719 €, decorrente de uma recomendação da comissão de normalização contabilística que refere que o registo dos valores relativos aos acordos de cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, que estiverem dependentes da frequência dos utentes devem ser contabilizados como prestação de serviços numa conta 72. Relativamente aos acordos (atípicos) que não dependem da frequência dos utentes, os mesmos continuam a ser registados na conta de subsídios à exploração.

Estas reclassificações não tiveram impacto no resultado líquido do exercício nem no capital próprio da entidade, tendo sido apenas efetuadas para efeitos de apresentação.

Para efeitos de comparabilidade, os valores comparativos do exercício anterior foram ajustados em conformidade.

Nesta rubrica, verificou-se:

- ✓ Aumento global na área da Infância de cerca de 12,5%. Este aumento deve-se às atualizações dos acordos de cooperação e aumento das mensalidades dos utentes.
- ✓ Na área da Terceira Idade, regista-se um aumento global na ordem de 8,6 %. Para este aumento contribuiu decisivamente a atualização dos valores dos acordos de cooperação e das mensalidades, sobretudo na ERPI, apesar da menor frequência de utentes do apoio domiciliário.
- ✓ Na unidade de cuidados continuados verificou-se um aumento de 5,6% face ao ano de 2024. Este aumento está em linha com o aumento dos valores de atualização das diárias protocoladas.
- ✓ Os Protocolos relativos à Casa de Acolhimento Especializado, Autonomia supervisionada, Centro de Acolhimento Coletivo e Altas Hospitalares registaram uma atualização na ordem dos 24%, cuja contribuição do protocolo das “altas hospitalares” foi decisivo para este aumento. uma vez que teve início somente em 2025.
- ✓ Na unidade de internamento particular verificamos um aumento de 13% nos rendimentos relativamente ao ano anterior. Este acréscimo reflete também uma atualização crescente do valor das participações dos utentes.

A área hospitalar registou um acréscimo de atividade nas consultas de especialidade, cirurgia e meios complementares de diagnóstico e enfermagem, tendo sido esta diminuição compensada com o aumento exponencial dos valores registados na prestação de serviços de fisioterapia.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, não ocorreram registros na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

À data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem passivos contingentes que possam originar exfluxo financeiro para a Entidade.

Ativos contingentes

À data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem ativos contingentes que possam originar influxo financeiro para a Entidade.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios Entidades Publicas	135.091,62	57.385,59
ISS, IP - Acordos Cooperação		
Outros Entes Publicos	135.091,62	57.385,59
Total	135.091,62	57.385,59

Os subsídios de outras Entidades Publicas registaram um aumento global de cerca de 135%

Para este aumento contribuiu:

- O IEFPP que subsidiou 3 funcionários que estão englobados em projetos de emprego;
- Subsídio do Município relativo ao Centenário do Teatro Chaby Pinheiro no âmbito cultural;

- Reconhecimento para o ano de 2025 dos dois projetos de distribuição de bens alimentares identificados em termos de candidatura como PESSOAS-FSE+-006095 PA(3) e PESSOAS-FSE+-006095;
- Início do Projeto CLDS 5G – Contrato local de desenvolvimento social que terá a duração de 4 anos, cujo valor anualizado a reconhecer para o ano de 2025 foi de 53.000€.

12. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	2.908.439,00	2.639.900,21
Indemnizações	22.481,20	14.881,19
Encargos sobre as Remunerações	632.525,99	577.553,97
Seguros Ac. Trabalho	42.038,62	31.753,76
Gastos de Acção Social	14.794,32	15.897,67
Outros Gastos com o Pessoal	22.721,14	13.729,67
Total	3.643.000,27	3.293.716,47

No ano de 2025 verificou-se um aumento global dos gastos com pessoal em cerca de 10,6%.

Este aumento justifica-se basicamente:

- ✓ Atualizações de salários de acordo com a legislação, nomeadamente com a atualização do SMN.
- ✓ Atualização de outros salários não impostos por diploma legal.

O número médio de funcionários manteve-se quase inalterado face ao ano anterior com diferença de apenas uma unidade. O número médio de funcionários no ano de 2025 foi de 193.

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2024, a Entidade detinha os seguintes Investimentos financeiros:

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros	-	20.839,65
Fundos Compensação Trabalho	-	20.839,65
Garval	5.000,00	5.000,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	5.000,00	25.839,65

A entidade em 2025 procedeu ao resgas do valor dos fundos de compensação salarial de acordo com legislação, de forma a proceder ao investimento no refeitório do pessoal, quer ao nível de obra, quer ao nível de equipamento. Este tipo de investimento, estava devidamente elencado nos requisitos para o resgaste dos fundos.

14.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Confrades	95.965,01	92.642,81
Cartão Saúde	6.020,00	6.050,00
Perdas por imparidade acumuladas	(75.035,91)	(75.065,91)
Total	26.949,10	23.626,90
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

O saldo do ativo reflete o crédito de quotas dos Irmãos ativos da Instituição no final de 2025. Destacar que o nº. de irmãos ativos é 609, havendo somente o registo de pagamento de 56 irmãos o que corresponde a uma taxa de 9,1%.

14.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c	421.987,17	261.238,89
Clientes	314.728,86	185.637,06
Utentes	107.258,31	75.601,83
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes em Mora	219.127,94	218.839,54
Clientes	64.262,56	64.399,56
Utentes	154.865,38	154.439,98
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	219.127,94	218.839,54
Clientes	64.262,56	64.399,56
Utentes	154.865,38	154.439,98
Total	421.987,17	261.238,89

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2025	2024
Clientes	-	-
Utentes	(9.542,77)	(2.786,22)
Outros créditos a receber	-	-
Total	(9.542,77)	(2.786,22)

O saldo de créditos a receber de clientes e utentes registaram um aumento de 59,5% face a 2024.

14.4. Outros créditos a receber

A rubrica “*Outros créditos a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Fornecedores - saldo devedor	0,30	
Devedores por acréscimos de rendimentos	251.376,19	245.914,01
Iss, IP	137.789,46	69.898,01
FSE - IEFP	-	-
Cirurgias realizadas- Cigic	35.803,30	91.730,74
ADSE, IP	1.953,53	416,09
ISS, IP - Faturação UCCL (dezembro)	47.527,65	73.487,66
Outros Acréscimos de rendimentos	28.302,25	10.381,51
Outros Devedores	76.199,18	74.345,92
ISS,IP-Acordos Cooperação		-
Programa - Poamc	57.358,76	31.296,86
ISS, IP - LUMP-SUMS - Protocolo CAE	-	18.623,17
Iss, IP - CLDS 5G	11.200,26	-
ISS, I.P. - PO Apoio Pessoas Mais Carenciadas		8.159,68
Projº. CENTRO-05-4740-FSE-002572 PA		
PRR-RE-C03-i01-000490 - Mobilidade verde		7.500,00
Outros	7.640,16	8.766,21
Perdas por Imparidade	(6.450,16)	(6.450,16)
Total	321.125,51	313.809,77

Detalhando a conta de outros créditos a receber, os mais relevantes são:

- ✓ ISS, IP – Montante relativo ao protocolo da valência de autonomia supervisionada referente ao mês de dezembro de 2025 – 9.562€;
- ✓ Valor a receber referente ao protocolo da Casa de Acolhimento Especializado relativo ao mês de dezembro de 2025 – 34.248 €;
- ✓ Protocolo referente ao protocolo “Altas Hospitalares” referentes aos meses de novembro e dezembro de 2025 – 34.310 €;
- ✓ Cirurgias SIGIC – Valor das cirurgias realizadas e não faturadas, aguardando a validação dos respetivos vales de cirurgia – 35.803 €;
- ✓ Faturação relativa a dezembro e emitida em janeiro ao nosso cliente ADSE, IP – 1.953 €;
- ✓ Faturação da unidade cuidados continuados referente a dezembro de 2025 com faturação emitida em janeiro de 2026 – 47.527 €;
- ✓ Valores de donativos (numerário) a aguardar contagem na Instituição bancária – 28.300€;
- ✓ Programa POAPMC - PESSOAS-FSE+-006095 – dotação de 2025 – 12.738 €;
- ✓ Projeto relativo ao Contrato Local de Desenvolvimento Social CLDS 5G – dotação 2025 – 11.200€;
- ✓ Programa POAPMC - PESSOAS-FSE+-006095 PA(3)- dotação de 2025 – 44.620 €;

Handwritten notes in blue ink: "13" and "14.5" with a dollar sign.

14.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	14.539,60	13.441,25
Outros gastos	9.494,21	12.036,17
Total	24.033,81	25.477,42

14.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	6.438,62	4.111,38
Depósitos à ordem	253.277,83	114.608,54
Depósitos a prazo		195.000,00
Total	259.716,45	313.719,92

14.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	129.744,81	-	-	129.744,81
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	63.705,09	-	-	63.705,09
Resultados transitados	2.593.217,52	127.419,05	-	2.720.636,57
Excedentes de revalorização	429.949,89		(3.500,00)	426.449,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.044.540,61		(33.138,74)	1.011.401,87
Resultado Líquido do período	123.919,05	179.835,88	(123.919,05)	179.835,88
Total	4.385.076,97	307.254,93	(160.557,79)	4.531.774,11

Os fundos Patrimoniais registaram uma variação positiva de 3,3 %, sobretudo devido ao incremento dos resultados positivos de anos anteriores.

14.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	402.719,17	480.108,49
Total	402.719,17	480.108,49

O saldo da dívida a fornecedores registou uma diminuição de 16 % face a 2024;

14.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	25.923,23	28.638,46
Total	25.923,23	28.638,46
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.083,29	5.036,30
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS)	21.774,58	21.121,33
Segurança Social	127.963,79	117.187,70
Outros Impostos e Taxas		
Total	153.821,66	143.345,33

O saldo de passivo ao Estado engloba os impostos e contribuições relativas a dezembro e exigível em janeiro.

O saldo do ativo está diretamente relacionado com os pedidos de reembolso deste imposto, de acordo com o Dec.Lei 20/90 e suas alterações nomeadamente o Ofício Circulado 90025/2017 da Autoridade Tributária, efetuados e que à data do balanço aguardavam pagamento.

14.10. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	24.274,06	-	13.464,77
Remunerações a pagar	-	21.968,64	-	11.747,01
Outras operações	-	2.305,42	-	1.717,76
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	614.752,39	-	550.198,99
Remunerações a liquidar	-	509.102,11		480.246,71
Prestadores Serviços - Saúde	-	57.369,97		42.655,99
Outros acréscimos gastos	-	48.280,31		27.296,29
Outros credores	-	136.931,49	-	100.785,08
Clientes SC		94.926,13		89.285,87
Outros Devedores e Credores Diversos SC		42.005,36		11.499,21
	-	-	-	-
Total	-	775.957,94	-	664.448,84

Detalhando a conta de outras dividas a pagar, destacamos:

- Remunerações a pagar a trabalhadores independentes com fatura emitida **(21.968 €)**;
- Outras operações a pagar relativas a dezembro e relacionadas com penhoras de vencimentos de colaboradores **(2.305€)**;
- Credores por acréscimos de gastos:
 - ✓ Mês de férias e subsídios de férias a pagar ao pessoal **(509.102 €)**;
 - ✓ Prestadores de serviços na área da Saúde já prestados e ainda não faturados **(57.369 €)**;
 - ✓ Outros acréscimos de gastos – Faturação diversa emitida em 2026 e com reporte ao período de 2025 **(48.280 €)**;
- Outros credores:
 - ✓ Clientes e utentes com saldo credores – valores em cofre de utentes **(42.005€)**;

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma pormenorizada na Nota 11.

14.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, foi a seguinte:



Descrição	2025	2024
Subcontratos	234.547,41	196.351,28
Serviços especializados	570.783,30	570.726,26
Materiais	52.733,63	61.499,61
Energia e fluidos	266.193,72	231.546,10
Deslocações, estadas e transportes	6.360,69	8.228,97
Serviços diversos (*)	126.834,39	117.611,32
Rendas e alugueres	9.116,36	7.321,61
Comunicação	29.224,46	34.877,62
Seguros	19.230,42	14.787,37
Outros	69.263,15	60.624,72
Total	1.257.453,14	1.185.963,54

Pela análise da tabela constata-se que os FSE registaram um aumento global de 6%.

Como factos mais relevantes a registar destacamos:

- ✓ Uma diminuição de 19,45% em subcontratos de serviços médicos hospitalares (Empresas Médicas) fruto de uma maior atividade sobretudo na especialidade de Fisiatria que registou um forte incremento face a 2024;
- ✓ A conta de serviços especializados manteve um valor similar ao de 2024;
- ✓ Redução de 14,25% na aquisição de materiais, sobretudo em ferramentas de desgaste rápido e material de escritório;
- ✓ Aumento de 15 % na aquisição de energia e fluidos. Este aumento verificou-se em todas as subcontas desta rubrica, ou seja, eletricidade, combustíveis para viaturas, gás natural e água;
- ✓ Aumento de 7,8% nos restantes serviços diversos que incluem esta conta de FSE. Todas as subcontas registaram aumentos com exceção da conta de comunicações que teve uma diminuição na ordem dos 16%.

14.13. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	253.704,20	274.522,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	481,51	1.429,70
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	362.312,49	299.374,78
Outros rendimentos e ganhos	94.786,52	155.701,12
Total	711.284,72	731.028,25

A conta de outros rendimentos registou em termos globais uma diminuição de cerca de 2,7 %. Nesta rubrica destacamos:

- ✓ Aumento pouco significativo (1,4%) nas visitas ao Santuário;
- ✓ Diminuição de 8,7% de atribuição de donativos;
- ✓ Aumento de Rendimentos em investimentos não financeiros em 21%, nomeadamente em rendas;
- ✓ Diminuição de 55% em correções relacionadas com anos anteriores;
- ✓ Aumento no valor da Imputação de subsídios para investimentos em cerca de 74% em virtude do acréscimo numa viatura ao ativo que foi subsidiado com subsídio ao investimento.

14.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	14.168,05	11.160,83
Dívidas incobráveis		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros		3.468,19
Correcções relativas a períodos anteriores	104.386,27	24.901,69
Outros Gastos e Perdas	27.592,45	26.179,96
Gastos com apoio financeiro concedido	1.600,00	7.235,50
Total	147.746,77	72.946,17

A rubrica de Outros gastos registou um aumento significativo de 102%.

Este aumento está diretamente relacionado com 3 correções realizadas ao ano anterior.

A primeira correção deveu-se a um acréscimo de rendimentos realizado em 2024, relativo a um Programa de Apoio à compensação salarial no pré-escolar no valor de 22.928 €.

A segunda correção importante foi realizada no valor cerca de 60.000 € relacionada com a devolução de valores recebidos relativos a protocolos celebrado com Alto Comissariado para as Migrações. Esta devolução deveu-se ao facto de os utentes não terem correspondido em termos de frequência com as condições existentes nos protocolos.

A terceira correção no valor de está também relacionada com um acerto de contas não elegíveis de um Projeto (Projº. CENTRO-05-4740-FSE-002572 PA) no valor de cerca de 6.230 €.

14.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21.374,07	37.988,25
Diferenças de câmbio desfavoráveis		-
Outros gastos e perdas de financiamento	3.056,29	26,86
Total	24.430,36	38.015,11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.463,39	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	3.463,39	-
Resultados financeiros	(20.966,97)	(38.015,11)

A rubrica de juros e gastos similares registou uma diminuição de 35%. Esta diminuição está em linha de conta com consistência dos últimos anos, que têm permitido libertar meios para a atividade sem recorrer a financiamentos para a atividade corrente. No entanto no ano de 2025 foi subscrito pela Confraria de Nossa Senhora da Nazaré um novo contrato de financiamento no valor de 80.000 € destinado a financiar a instalação de painéis solares nos edifícios do Hospital e Jardim de Infância que permitirá uma poupança de energia que ajudará a amortizar este financiamento.

A Conta de juros e rendimentos similares registou em 2025 movimento em virtude de aplicações financeiras realizadas ao longo do ano.

14.16. Responsabilidades e outras informações

No âmbito da preparação do relatório de contas da Confraria, importa esclarecer o tratamento contabilístico adotado relativamente à verba associada ao acordo de balancé celebrado com a Segurança Social.

Apesar de existir o referido acordo, verifica-se que, até à presente data, os montantes previstos não estão a ser pagos pela Segurança Social. Sabendo que o Estado e Organismos públicos nem sempre cumprem com os acordos, e atendendo ao princípio da prudência e às normas

contabilísticas aplicáveis, a Confraria optou por não reconhecer como rendimento efetivo os valores ainda não recebidos.

Assim, a verba em questão encontra-se devidamente identificada e registada em contas de natureza apropriada, refletindo a sua expectativa de recebimento, mas sem impacto direto nos resultados do exercício enquanto não se verificar a sua efetiva liquidação.

Esta abordagem visa garantir a transparência e o rigor das demonstrações financeiras, evitando a sobreavaliação dos proveitos e assegurando uma imagem fiel da situação económica e financeira da Confraria.

A Direção mantém diligências junto da Segurança Social com vista à regularização dos montantes em dívida, sendo que qualquer evolução relevante será refletida nos períodos contabilísticos subsequentes.

14.17. Acontecimentos após data de Balanço

Como facto relevantes ocorridos após o termo do exercício, importa frisar que infelizmente devido à tempestade Kristin ocorrida em janeiro de 2026 em Portugal e sobretudo na região de Leiria onde se insere a nossa Instituição, provocou enormes estragos nas instalações e equipamentos que poderão ter impacto no resultado da atividade para o ano de 2026. Neste contexto a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, já se precaveu para este impacto, tendo procurado apoios Estatais existentes para o efeito, tendo obtido uma isenção das contribuições a apagar a Segurança Social durante o primeiro semestre, o que terá um impacto positivo no desempenho económico financeiros do próximo ano na ordem dos 300.000€.

De referir também que foram já durante o corrente ano aprovados dois projetos relativos ao Plano de Recuperação e Resiliência, cujo objeto será a intervenção no Hospital, sobretudo na área dos Cuidados Continuados que permitirá remodelar quer em termos de obra, quer em termos de equipamento, toda a estrutura agora existente. Um dos projetos, após a sua execução, permitirá a revisão do acordo para esta área de mais 14 camas o que corresponderá a um aumento de 53%. Estes projetos terão um financiamento de cerca de 1.030.000 €.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 27 de abril de 2025.

Sítio da Nazaré, 27 de abril de 2026.

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

